Eleições 2020

Programa de Governo "Frente Cerquilho Antifascista"

Partido dos Trabalhadores Cerquilho /SP

Apresentação

Os Desafios da Conjuntura

Diretrizes do Programa de Governo

- **Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI**
- **Desenvolvimento Econômico Sustentável e Solidário**
- **Desenvolvimento Urbano e Direito à Cidade**
- **Desenvolvimento Rural Social e Ambientalmente Sustentável**
- **Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde**
- **Educação Inclusiva e de Qualidade**
- **Segurança Pública Cidadã**
- **Desenvolvimento Social: Inclusão e Equidade**
- **Igualdade e Garantia de Direitos**
- **Cultura para Todos**
- **Esporte e Lazer Acessível a Todos**
- **Participação Cidadã e Transparência**
- **Gestão Ética e Eficiente**

APRESENTAÇÃO

O Brasil e o povo brasileiro vivem tempos difíceis. A imensa crise social, fiscal e econômica foi agravada pela pandemia da COVID-19 e pelo desgoverno do Bolsonaro. A retirada de direitos, o desmonte das políticas públicas, o ataque ao patrimônio público, a total ausência de programas de desenvolvimento, faz com que a queda de arrecadação e o aumento da demanda por serviços públicos cresça cada vez mais nos municípios brasileiros. Portanto, é fundamental assumir o compromisso de governar, com visão inovadora, pautada na gestão ética, transparente e democrática, com ampla participação popular, priorizando e cuidando dos que mais precisam.

Neste cenário, o Partido dos Trabalhadores apresenta seu Programa de Governo para Cerquilho/SP, período 2021-2024, com um projeto de gestão inovadora, com o olhar no presente, mas projetando ações para o seu futuro.

Nossa administração promoverá uma efetiva inversão de prioridades, comprometida com o bem-estar da população, privilegiando os investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, assistência, saneamento básico, habitação, transporte, meio ambiente, cultura, desenvolvimento local, de forma articulada com todos os segmentos sociais e esferas de poder.

Para isso, vamos debater com a população de Cerquilho as propostas para uma gestão aberta ao diálogo e à participação popular. Uma gestão atenta às reais necessidades da população e às dificuldades dos segmentos vulneráveis que estará desamparada diante da grave situação do país.

Em virtude disso, apresentamos nosso Programa de Governo, fruto do acúmulo histórico das propostas apresentadas pelo Partido dos Trabalhadores e pela "Frente Cerquilho Antifascista" , que por meio de seus mandatos populares vem atuando na defesa de um plano de reconstrução e transformação social, capaz não apenas de retomar o crescimento da economia, mas, acima tudo, construir um desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

Temos plena convicção que, com o apoio da população de Cerquilho, implantaremos as políticas que formulamos e defendemos, em pleitos eleitorais recentes, tanto no âmbito federal e estadual, quanto no municipal. A partir da evolução e ampliação dessas propostas e do desenvolvimento de novos projetos, apresentamos as diretrizes e compromissos que assumimos com o povo de Cerquilho.

OS DESAFIOS DA CONJUNTURA

A campanha eleitoral municipal em 2020 será realizada em uma conjuntura na qual os danos da política ultraliberal desenvolvida no país desde 2016, vêm provocando desmontes e retrocessos nas políticas sociais, nos direitos previdenciários e trabalhistas, privatizações e cortes provocados pela Emenda Constitucional 95/2016, mais conhecida como a PEC da Morte, por reduzir gastos em áreas essenciais e congelar os gastos públicos por nada menos que 20 anos.

O Brasil vive uma crise sem precedentes na história. Esta crise – sanitária, social, econômica, política, ambiental e cultural – está entrelaçada a uma crise mundial, gera insegurança, medo, descrença e pessimismo na sociedade.

Após anos de estabilidade democrática, em um curto período da história brasileira inúmeros direitos foram cassados, violados e massacrados, com diversos casos de violência incentivados pelo discurso de ódio. O país andou para trás na renda do povo, na saúde, na educação, na defesa do meio ambiente e na liberdade.

O desemprego está nas alturas e quase 90% das ocupações criadas são informais, segundo o IBGE. A taxa de trabalhadores sem registro, sem direitos e proteção social já ultrapassa 40% - sem falar dos desalentados que nem ocupação têm.

São estes que sofrem com o aumento dos combustíveis e do gás de cozinha e do abusivo preço dos alimentos. O desmatamento aumentou 83%, com incentivo de um governo que arruinou nossa imagem junto aos ambientalistas e à comunidade internacional. Líderes indígenas e sindicalistas foram assassinados; professores e artistas, perseguidos; e mulheres, pessoas negras e LGBTIQ+s sofrem diariamente violência e são assassinadas, tudo isso com total aval do governo federal.

No centro desses retrocessos está a imposição de um modelo concentrador de riqueza e renda excludente, que propõe o desmonte do Estado - não só por meio da privatização selvagem de empresas como a Petrobras e riquezas como o pré-sal, mas pela destruição dos instrumentos de construção da soberania nacional, como os bancos públicos e o fomento à ciência e tecnologia.

Vivemos tempos sombrios, com ações potencializadas por um governo que ataca os direitos humanos, os direitos sociais, o meio ambiente e a soberania. Os desdobramentos da pandemia, que com a política genocida do governo levou mais de 125 mil brasileiros e brasileiras a morrerem de Covid-19, somente agravaram tudo o que já vinha sucedendo no país, desde o golpe de 2016, que retirou a Presidente Dilma Rousseff do poder.

Associada à crise existente e tendo como principais protagonistas segmentos conservadores da sociedade, nos últimos tempos presenciamos o avanço de grupos portadores de visões retrógradas e excludentes no cenário político brasileiro, seja no aprofundamento do comportamento antipolítico, seja no discurso de ódio a trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, bem como o constrangimento aos que pensam diferente de sua linha ideológica.

Mas, por outro lado, apesar do clima de intimidação, agressão e violência que estes setores buscam criar, vislumbramos a mobilização dos mais diversos grupos de defensores da democracia, mostrando a força dos que resistem aos retrocessos de um governo ditatorial instalado em nosso país.

Por isso mesmo, além de se unir ao clamor popular em defesa da soberania do voto, nossa campanha enfrentará o pleito municipal como mais uma etapa na luta pela preservação da legalidade democrática e das conquistas

sociais no Brasil, adquiridas mais fortemente ao longo de 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff.

No presente Plano de Governo, estes objetivos se traduzem em uma proposta progressista, democrática e popular que busca reafirmar os direitos de uma Cerquilho onde as pessoas exerçam plenamente sua cidadania, que seja justa, fraterna e solidária.

Nesse contexto, nosso desafio, em âmbito municipal, será reafirmar os princípios norteadores que nossos governos promoveram na esfera nacional, gerando e garantindo novos direitos, como**:** o caráter público do SUS; a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e livre de censuras; as políticas sociais como instrumentos de combate à miséria, à pobreza e à desigualdade; o Estado como promotor das igualdades de gênero, etnia, etária e orientação sexual; a transparência na gestão pública; a participação política como elemento de decisão pública, dentre outros.

Por isso mesmo, nos orgulhamos das políticas públicas implantadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, que estão presentes aqui em Cerquilho. Programas e investimentos desenvolvidos, tais como: elevação do salário mínimo, o programa Bolsa Família, o Luz para Todos, o Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Cisternas brasileiro – reconhecido pela ONU como uma das melhores políticas públicas do mundo. O programa Brasil sem Miséria, o de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (PRONATEC), o da Universidade para todos (PROUNI), a criação da Farmácia Popular, o Piso Nacional de Educação, o combate ao trabalho escravo, o SAMU, a construção de UPAS e a implementação do programa Mais Médicos, o apoio à agricultura familiar, entre outros.

Todas essas conquistas deram origem a um desenvolvimento que possibilitou a redução da pobreza, da desigualdade e a melhoras significativas na distribuição da renda familiar.

Infelizmente, a atual gestão municipal não deu prioridade às ações voltadas a melhorar as condições de vida da população, seja por falta de visão e de conhecimento, ou ,até mesmo incompetência administrativa, deixando a comunidade desamparada.

Diferentemente do desprezo aos mais pobres demonstrado pelos governantes atuais, as gestões petistas sempre tiveram como foco principal diminuir o abismo existente entre privilegiados e excluídos e a defesa da vida e da dignidade dos que mais precisam.

O povo de Cerquilho merece um governo que tenha capacidade de enfrentar os duros desafios dos tempos atuais e que haja no interesse da maioria da população. Para isso, a candidatura de Prof. Manoel como prefeito e Prof. Jimmy como vice-prefeito, com a "Frente Cerquilho Antifascista" se apresenta para debater publicamente as diretrizes de um Programa de Governo para construir uma Cerquilho socialmente justa, que aprofunde a democracia e a participação popular e que enfrente os problemas urbanos e rurais do município.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

A transição ecológica é um processo estratégico comprometido com a luta por um meio ambiente equilibrado, a instituição de novas formas de produzir e consumir e a busca do desenvolvimento sustentável. A pandemia alertou ainda mais o mundo para a correlação entre desequilíbrios ecológicos e pandemias, reforçando a essencialidade da questão ecológica.

Propomos, outros valores e referenciais de consumo, um novo padrão de produção no município compatível com a urgência dos desafios ambientais e, ao mesmo tempo, capaz de apresentar alternativas econômicas que aproveitem a diversidade sociocultural e ambiental do nosso município, seja no campo ou na cidade.

Nosso compromisso ético e político é contribuir para enfrentar as mudanças climáticas e mitigar os efeitos de eventos extremos, como chuvas muito volumosas que ocasionam enchentes e deslizamentos, ou as secas prolongadas que afetam o abastecimento de água e as atividades agropecuárias.

Esse eixo articulador aponta para uma economia justa, que não desperdiça e nem esgota recursos naturais existentes, protegendo as necessidades das gerações atuais e futuras.

Temos que pensar no longo prazo. Temos que transformar a crise ambiental em oportunidades para o bem viver do povo brasileiro e de toda humanidade. Os municípios podem fazer a sua parte, com muitas iniciativas pra iniciar esse caminho.

Nosso programa de governo contém medidas com essa lógica em todas as áreas de governo. No que se refere à transição ecológica mais diretamente é composto das seguintes propostas:

- Tornar nossa cidade sustentável e resiliente, a partir da:
  - Proteção dos mananciais.
  - Diminuição da emissão de poluentes, que afetam a qualidade do ar, do solo e água e de gases de efeito estufa.
  - Mitigação dos riscos de desastres ambientais: enchentes, deslizamentos de encostas, rompimentos de barragens, mapeando e implantando plano de atenção aos passivos ambientais na zona urbana e rural.
- Estimular as empresas locais a adotarem medidas para tornarem-se progressivamente sustentáveis ambientalmente.
- Iniciar a conversão da frota de transporte coletivo e dos veículos da frota municipal para tecnologia menos poluente.
- Multiplicar parques e intensificar arborização no espaço urbano.
- Promover a segurança alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, incentivando a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos.

- Elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e dos demais atores envolvidos na produção de resíduos.
- Estimular a responsabilidade e a participação da sociedade nas iniciativas de controle da poluição e do impacto ambiental, bem como pelo consumo responsável.

DESENVOLVIMENTO URBANO E O DIREITO À CIDADE

A melhoria da qualidade de vida na nossa cidade passa pelo combate e redução das desigualdades, em suas diversas dimensões, além da garantia do direito à cidade.

O pleno direito à cidade se dará por meio do acesso à moradia digna com saneamento básico – água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, drenagem das águas pluviais. Acesso a uma mobilidade urbana que priorize o transporte coletivo, o sistema viário seguro e, ainda, que garanta a promoção do acesso equitativo aos equipamentos públicos de cultura, lazer, educação, saúde em todos os bairros

Assim como nas demais áreas de governo, aqui também adotaremos medidas para iniciar a transição ecológica em nossa cidade, contribuindo para o controle das mudanças climáticas e a mitigação dos efeitos de eventos extremos, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e da poluição.

A crise econômica que afeta as receitas municipais agravada pela extinção dos mecanismos de financiamento federal aos municípios para políticas de saneamento, mobilidade urbana e habitação para baixa renda, com a extinção

do Programa Minha Casa Minha Vida, colocam dificuldades para uma atuação mais ampla.

Neste cenário desafiador nossos compromissos para o desenvolvimento urbano se consolidarão por meio das diretrizes e propostas a seguir:

Planejamento Urbano Inclusivo e Participativo

- Estabelecer um processo de elaboração e revisão do Plano Diretor, com leitura participativa do território urbano e rural, que permitirá a discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, estabelecendo metas de médio e longo.
- Tratar os assentamentos precários, as áreas periféricas ou as áreas com esvaziamento econômico e/ou populacional, com políticas públicas articuladas a investimentos em infraestrutura, melhoria dos espaços públicos e incentivos para instalação de atividades de geração de emprego e renda, contribuindo para constituir uma cidade policêntrica.
- Garantir as funções sociais da propriedade e da cidade por meio da aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, em especial das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), possibilitando a construção de habitação de interesse social nas áreas consolidadas, o IPTU progressivo e a edificação compulsória para refrear a especulação imobiliária.
- Atuar de maneira proativa na construção e fortalecimento das instâncias de governança regionais e/ou metropolitanas.

Moradia Digna

A melhoria das condições de habitabilidade e de moradia mostraram-se essenciais para lidar com a crise sanitária provocada pelo COVID-19, assim como para mitigar os efeitos dos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas.

Em ambos os casos, apesar de atingir a todos, os impactos mais dramáticos ocorrem com as famílias mais vulneráveis, que não tem acesso à infraestrutura adequada ou vivem em área de risco.

- Implementar uma política municipal de habitação com ações para as diferentes necessidades, por meio da promoção, financiamento e assistência

técnica para a regularização fundiária; a melhoria de moradias precárias; produção de lotes urbanizados e de moradia.

- Estabelecer parceria e assistência técnica aos movimentos sociais, ONGs, grupos organizados e sindicatos, para os projetos de habitação do município.
- Utilizar os terrenos e edifícios vazios para a produção de moradias de interesse social e de equipamentos públicos.

Saneamento Básico

A garantia do acesso ao saneamento básico entendido como abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; coleta e tratamento dos resíduos sólidos e limpeza urbana; e manejo das águas pluviais urbanas para toda a população é um dos grandes desafios para todas as cidades.

Apesar da lei federal nº 14.026/20, que buscou enfraquecer o papel do município como titular e concedente do saneamento básico, ter sido aprovada, acreditamos que o município tem um papel essencial na regulação dos serviços e dos investimentos na cidade, inclusive nos casos em que os serviços estão a cargo de companhias estaduais ou empresas privadas.

Abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto

- Ampliar a disponibilidade hídrica para abastecimento da população e das empresas.
- Garantir às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda o acesso à tarifa social.
- Assegurar a gestão da água com a preservação das nascentes e dos mananciais, promovendo a despoluição e recuperação de nascentes, manguezais, rios e mananciais degradados.
- Participar ativamente nos Comitês de Bacia Hidrográfica, visando melhorar a gestão ambiental dos recursos hídricos na região.
- Adotar o reuso de água nas atividades e edificações da prefeitura e incentivar as empresas e a população a fazer o mesmo.

- Aumentar progressivamente a coleta e o tratamento de esgoto, mantendo rigorosa separação entre águas pluviais e esgoto.
- Fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade dos imóveis estarem ligados à rede de esgoto.
- Aperfeiçoar os instrumentos de regulação dos serviços e dos mecanismos de participação social.

Resíduos Sólidos

- Equacionar o processo de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os materiais recicláveis, tendo como alternativa a construção de um consórcio intermunicipal.
- Ampliar a coleta seletiva de lixo, incluindo as cooperativas de catadores de materiais recicláveis ao sistema e desenvolvendo programas de educação ambiental para incentivo ao consumo responsável, a redução da geração de resíduos, o aumento da reciclagem e da compostagem residencial.
- Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e demais atores da cadeia de resíduos sólidos: produtores, comerciantes, distribuidores, importadores, prestadores de serviço público ou privado de manejo de resíduos sólidos e consumidores.

Drenagem

- Criar legislação que induza o aumento da permeabilidade do solo e a proteção de áreas sujeitas às inundações.
- Elaborar Plano de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar soluções e implantar controle e monitoramento desses eventos.
- Fazer a manutenção permanente do sistema de drenagem urbana e o desassoreamento de rios e córregos.
- Pavimentar e qualificar vias urbanas, considerando os sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto e calçadas permeáveis.

Transporte e Mobilidade Urbana

A organização e os investimentos no sistema viário da nossa cidade vão privilegiar a circulação do transporte coletivo e a segurança dos ciclistas e dos pedestres.

- Priorizar os investimentos no sistema viário, privilegiando a circulação do transporte coletivo em relação ao transporte individual motorizado, por meio da implantação de vias exclusivas, corredores e faixas com pontos de ultrapassagem, de modo a reduzir o tempo de viagem e a poluição atmosférica.
- Reduzir os impactos ambientais do sistema de mobilidade urbana, diminuindo progressivamente as emissões e promovendo a eficiência energética.
- Implantar ciclovias, facilitando o uso dessa alternativa de transporte.
- Adequar as calçadas e dotá-las progressivamente de acessibilidade, com o objetivo de facilitar as viagens a pé de curta distância e priorizar o pedestre na travessia de vias públicas.
- Implantar medidas de trânsito seguro, identificando soluções de segurança e fluidez, com limites de velocidade próprios para o ambiente urbano, buscando reduzir o número vítimas no trânsito.
- Promover a manutenção permanente das vias, implantado progressivamente a pavimentação ou calçamento nos bairros sem essa infraestrutura.

Recuperação de áreas verdes, praças e parques

Essas áreas e equipamentos públicos são essenciais para garantir qualidade de vida urbana para todas as faixas etárias.

Vamos recuperar esses espaços para a cidade, reestruturando-os com a implantação de equipamentos e mobiliário urbano, jardinagem e paisagismo, de modo que possam ser utilizados para o lazer e em programações culturais e esportivas.

DESENVOLVIMENTO RURAL SOCIAL E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

Todas as pessoas que vivem no município têm direito a um desenvolvimento urbano e rural socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável e com melhor qualidade de vida.

A transição ecológica no meio rural se expressa na adoção da agroecologia, tendo como objetivo a produção de alimentos saudáveis, com redução gradativa do uso de agrotóxicos. O estímulo ao cooperativismo, o apoio técnico à agricultura familiar e as compras de produtos pelo poder público são fundamentais para um desenvolvimento socioeconômico inclusivo no campo.

Nosso programa, nessa área, é composto das seguintes diretrizes e propostas:

Desenvolvimento Agroecológico com sustentabilidade socioambiental

- Estimular a agricultura familiar com princípios agroecológicos, que garantam a manutenção de variedades e cultivos locais, práticas tradicionais de manejo e desenvolvimento rural sustentável; com redução do uso de agrotóxicos.
- Ampliar os espaços e as condições de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e dos agroextrativistas para o abastecimento alimentar da população, aquisições para a alimentação escolar pelo governo municipal e ampliação dos pontos de vendas de produtos em mercados municipais e em bairros da periferia (feiras, sacolões, varejões e outros)
- Investir em infraestrutura e logística necessárias ao escoamento da produção alimentar e o acesso ao mercado consumidor.
- Reservar áreas urbanas e periurbanas ociosas para a agricultura urbana, com a produção de alimentos, mudas de espécies florestais e medicinais, priorizando a geração de renda e a distribuição de alimentos para a população em risco social.
- Estabelecer limites à monoculturas em áreas destinadas à produção diversificada de alimentos ou monoculturas predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente.
- Implantar o Sistema de Inspeção Municipal – SIM, para dar segurança alimentar e abrir mercado para os produtores da agricultura familiar.
- Criar mecanismos e fiscalização para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, fiscalizando também o uso e o descarte adequado das embalagens de agrotóxicos.
- Incentivar e investir na sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal, promovendo a comercialização e o consumo do pescado.

Proteção do Meio ambiente

- Criar mecanismos de fiscalização local nos marcos do código florestal.
- Fortalecer o modelo de uso dos recursos naturais desenvolvido nas reservas extrativistas, pela pequena agricultura, pelas populações tradicionais e pelos indígenas, protegendo os meios de vida e a cultura dessas populações.
- Estabelecer o pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais pela preservação de nascentes ou às famílias extremamente pobres que vivem em áreas de reservas extrativistas ou em áreas de conservação ambiental e que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas ou outras áreas rurais.

Autonomia econômica das mulheres do campo

- Promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, comunidades e povos tradicionais.
- Ampliar e fortalecer os programas de capacitação para as mulheres do campo.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE

A garantia de educação de qualidade, pública, inclusiva e democrática para todos e todas é fundamental para o exercício da liberdade e da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitosas e para prática de valores humanitários.

Nosso programa de governo para a área é composto das seguintes diretrizes e propostas:

Garantir o acesso, permanência, qualidade, inclusão e equidade

Nosso principal compromisso é com a garantia da oferta de educação para todas e todos.

- Assegurar nosso compromisso com a progressiva universalização do ensino fundamental, da educação infantil de 4 a 5 anos e da ampliação do atendimento em creches.
- Assegurar o atendimento, com acesso à educação básica e ao atendimento especializado, às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; dotando as escolas de equipamentos, estrutura física e profissionais especializados para o seu atendimento.
- Efetivar a política municipal da Educação do Campo, construída com o protagonismo das comunidades e movimentos sociais.
- Assegurar a permanência na escola com políticas de apoio, como alimentação, transporte escolar, livros e materiais didáticos; incluindo também a articulação com as políticas de assistência social e de saúde; em especial nesse período pós-pandemia, que vai requerer ainda maior coordenação de ações.
- Dar especial atenção à Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo aqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola e não concluíram a educação básica; e, sempre que possível, articulá-la à formação profissional.
- Enfrentar os fatores que provocam a evasão escolar, especialmente as dificuldades dos estudantes do campo e dos jovens e adultos da EJA.
- Promover a construção, melhoria e ampliação dos espaços escolares, da cidade e do campo; agregando, laboratórios, quadras esportivas e pátios para realização de eventos, visando uma formação integral.
- Assegurar a abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência; bem como às temáticas da diversidade e de combate a qualquer forma de discriminação; meio ambiente, segurança, saúde, trânsito, respeito aos direitos humanos, dentre outras.
- Promover a elaboração ou revisão do projeto pedagógico das escolas de forma coletiva e participativa.

- Considerar as tecnologias de informação e as novas linguagens de comunicação, como possibilidade de aprimoramento do processo de aprendizagem.
- Estabelecer parcerias com Universidades que possam contribuir com o fortalecimento da educação e da formação para o mundo do trabalho.
- Tornar o espaço da escola disponível para atividades de esporte, cultura e lazer para a comunidade escolar e a população do seu entorno, inclusive nos fins de semana.

Formação e valorização dos profissionais da educação;

Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação são os protagonistas do processo de aprendizagem. Considerando esse papel central, temos o compromisso com uma política de valorização desses profissionais, que garanta boas condições de trabalho, formação permanente e remuneração digna.

- Promover a formação inicial e continuada das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação, considerando a especificidade das escolas do campo.
- Considerar a tecnologia da informação e as novas linguagens de comunicação como auxiliares à formação permanente e a valorização dos educadores.
- Diagnosticar, permanentemente, os anseios e necessidades de cada setor que atua na Educação, mantendo diálogo permanente com as entidades representativas destes profissionais.

Democratização e qualificação da gestão.

É nosso compromisso implementar a gestão democrática e a participação popular na educação, com o envolvimento de toda comunidade escolar - professores, funcionários, familiares e estudantes – na elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas.

- Consolidar os Conselhos Escolares para participar das decisões administrativas e pedagógicas da escola, com participação efetiva de todos segmentos da comunidade escolar e investimento na sua formação.

- Fortalecer o Conselho Municipal de Educação e outros conselhos relacionados às políticas educacionais.
- Assegurar a eleição de diretores de escola de forma democrática com a participação de todos os setores da comunidade escolar.

SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

A despeito da responsabilidade pela segurança pública ser principalmente do governo de Estado, acreditamos que a prefeitura tem um papel importante, sobretudo no que se refere à prevenção do crime e da violência.

Em primeiro lugar, criaremos o Fórum Comunitário de Segurança Pública com participação da Polícia Militar e Polícia Civil e representantes da população de todas as regiões da cidade, como espaço para diagnóstico, discussão de ações a serem realizadas e avaliação de resultados.

Realizaremos um amplo diagnóstico da dinâmica da violência e do crime na cidade, ouvindo a PM, a Civil e representantes da sociedade civil de todas as regiões da cidade, que comporão o Fórum.

Além disso, buscaremos na secretaria municipa dados relevantes para compor esse diagnóstico como, por exemplo, a Notificação Compulsória de Violência da Secretaria da Saúde, que é uma fonte de informação essencial para a política de segurança, em especial, mas não somente, no que se refere à violência doméstica.

governo irá estruturar suas ações baseado no conceito de Segurança Cidadã, que combina ações preventivas territorializadas tanto de caráter policial inteligência, quanto ações sociais e urbana

Esse diagnóstico e as informações disponíveis no âmbito do governo cumprirão papel de aperfeiçoar as diretrizes e propostas que temos para tornar nossa cidade mais segura.

Ações de prevenção ao crime e a violência de caráter social e urbano

- Garantir iluminação pública nos bairros, por ser um fator importante para coibir a violência e os crimes.
- Implementar programação cultural, esportiva e de lazer nas praças e parques abertura das escolas nos finais de semana, garantindo alternativas de entretenimento a todas faixas etárias, mas principalmente aos jovens.

Fiscalização de atividades comerciais e de serviços, em torno das quais os crimes são realizados. Adotando medidas para impedir que isso aconteça como, por exemplo, definição de horário de funcionamento de bares, fiscalização de desmanches, entre outros identificados no realizado.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: INCLUSÃO E EQUIDADE

A implementação de políticas sociais é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais e para melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Nosso Programa de Governo propõe integrar políticas e ações para enfrentar a miséria e as desigualdades e assegurar e ampliar os direitos sociais de forma universal.

Proteção Social

Entendemos que as políticas públicas devem ser compreendidas como direitos do cidadão, não como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, frequentemente é tratada com essa visão. Por isso, vamos:

- Consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), fortalecendo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS).
- Ampliar e qualificar a rede de proteção social e prevenção aos segmentos vulneráveis - baixa renda, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população em situação de rua, articulando esses serviços em rede, integrando com outras políticas públicas como saúde e educação.

Os efeitos da pandemia da COVID-19 aprofundaram a crise econômica que já afetava o país. A redução e o fim do auxílio emergencial provocará a perda da única renda de milhões de famílias no país e terá impacto em nosso município.

No nosso governo, vamos assegurar condições de sobrevivência a essas famílias da nossa cidade, seja com ações de segurança alimentar, seja com a articulação das diversas políticas públicas municipais capazes de cuidar das pessoas mais vulneráveis. Daremos atenção especial às ações que favoreçam a inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade.

Segurança Alimentar

Com o agravamento da crise econômica a fome voltará a atingir um contingente bastante grande de famílias. Por essa razão, nosso governo desenvolverá ações de segurança alimentar para minimizar esse efeito.

- Implantar Restaurante Popular para assegurar o direito de acesso a uma refeição saudável.
- Construir rede de apoio a cooperativas de agricultura familiar e orgânica e adquirir produtos da agricultura familiar para a merenda escolar e para distribuição às famílias vulneráveis.
- Ciar o Banco de Alimentos, estimulando a parceria com o setor privado na captação de alimentos, redistribuindo-os para as populações vulneráveis.
- Incentivar a criação de hortas comunitárias, inclusive em terras públicas, com o objetivo de realizar geração de renda no território.
- Fomentar atividades de educação alimentar e nutricional, promovendo campanhas de combate ao desperdício alimentar e de prevenção à obesidade;

Políticas para Crianças e Adolescentes

Estabelecer políticas específicas para as crianças e adolescentes, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, voltadas à erradicação do trabalho infantil, o combate à violência contra crianças e adolescentes, em particular a violência sexual.

- Consolidar a rede intersetorial de proteção e prevenção, com atendimento especializado para as vítimas de violência.

- Fortalecer serviço de abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil.
- Estimular vínculos de convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em territórios de alta vulnerabilidade social.
- Fortalecer os Conselhos Tutelares.

Políticas para Idosos

Promover ações que valorizem o idoso e sensibilizem as famílias e a sociedade quanto às suas necessidades e direitos, visando a promoção do envelhecimento ativo e saudável.

- Fortalecer as atividades socioeducativas e outras ações voltadas ao convívio familiar e comunitário.
- Oferecer formação digital, ampliando o acesso às novas tecnologias.
- Desenvolver ações que qualifiquem as instituições de longa permanência e de formação dos profissionais que cuidam de idosos.

Políticas para Pessoas com Deficiência

Ampliar o acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas, garantindo a inclusão e o exercício de seus direitos.

- Articular e propiciar a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência nas diversas políticas públicas e privadas e o direito de usufruir de todos os bens públicos da cidade.
- Fomentar programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário.
- Ampliar o acesso às novas tecnologias e a capacitações que ampliem as oportunidades de emprego e renda.
- Desenvolver ações que qualifiquem as instituições e formação dos profissionais que cuidam de pessoas com deficiência.

População em Situação de Rua

O governo do PT irá fortalecer a rede de proteção social às pessoas em situação de rua.

- Realizar censo da população em situação de rua para caracterizar essa população na cidade.
- Criar abrigos com acessibilidade para mulheres e para homens com atendimento de alimentação, saúde, higiene e pernoite.
- Assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades e para a qualificação profissional, que propiciem a construção de um novo projeto de vida a essas pessoas, que inclua moradia coletiva com outras pessoas egressas dessa situação.

ESPORTE E LAZER ACESSÍVEL A TODOS

O governo do PT garantirá o direito ao acesso da população, de todas as idades, ao esporte e lazer em seus bairros e comunidades, onde as escolas municipais terão um papel fundamental.

Daremos uma atenção especial à utilização dos espaços públicos, praças e logradouros para a prática do esporte e do lazer. Estimularemos os momentos de convívio entre gerações, com jogos e outras práticas coletivas. Atenderemos também demandas de skatistas, ciclistas entre outros, para implantação de estruturas adequadas às suas práticas esportivas.

Essas propostas serão desenvolvidas a partir de uma gestão democrática e participativa, procurando resgatar resgatar e preservar a memória do esporte como uma das bases da construção da identidade local e popular.

Nosso programa para esporte e lazer é composto das seguintes diretrizes e propostas:

Instituição do Sistema Municipal de Esportes e Lazer

- Construir o Sistema Municipal de Esportes e Lazer para implementar uma política pública participativa e popular com controle social, sob a supervisão do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

- Realizar a Conferência Municipal de Esporte e Lazer.

Equipamentos e Recursos humanos

- Promover a construção, melhoria e ampliação dos equipamentos e espaços públicos de esporte e lazer.
- Construir equipamentos comunitários modulares, que contemplem as diversas manifestações artísticas, culturais e esportivas em um mesmo espaço público.
- Abrir quadras poliesportivas das escolas às comunidades.
- Capacitar gestores, técnicos e lideranças esportivas comunitárias.

Lazer nos espaços públicos

- Desenvolver animação artístico-cultural e esportiva nos espaços públicos voltados para o lazer: praças públicas, os equipamentos esportivos e escolas.
- Implantar políticas públicas inclusivas, explorando a diversidade esportiva em atividades voltadas para mulheres, crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência.
- Implantar um Programa de Orientação de Atividades Físicas nas praças da cidade e nos espaços onde a população realiza atividades.

Eventos esportivos

- Dialogar com as federações esportivas, visando contribuir com a captação de eventos esportivos locais, regionais e nacionais, na perspectiva de fortalecer a prática esportiva da nossa população, inclusive no paradesporto.
- Fortalecer os Centros Esportivos Comunitários, com apoio aos eventos esportivos nos bairros, estimulando a prática esportiva, conforme a demanda da comunidade.
- Ampliar as ações de escolinhas esportivas nos bairros, qualificando os técnicos e apoiando-os com materiais esportivos adequados.

Esportes da escola

- Aprimorar as aulas de educação física nas escolas, melhorando a infraestrutura e qualificando o corpo docente para ações educativas, tendo o esporte como um vetor de fortalecimento da cidadania.
- Organizar jogos escolares, inclusive nas modalidades paradesportivas.

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TRANSPARÊNCIA

Nosso Programa de Governo considera fundamental compartilhar o exercício do governo com a população. A realzação desta concepção de governo é a maneira mais concreta de construir a prática da cidadania ativa e de aprofundar a cultura democrática no plano municipal.

Essa concepção torna-se ainda mais importante tendo em vista os ataques que a democracia do nosso país tem sofrido por parte de lideranças autoritárias, que defendem retrocessos inaceitáveis nas políticas sociais, nos direitos humanos, previdenciários e trabalhistas. A extinção de Conselhos Participativos ligados às políticas públicas, em decreto de abril de 2019, desmontou os canais de participação da sociedade e dificultou ainda mais a transparência e o acesso aos dados públicos.

É nesse cenário de resistência e enfrentamento, que reafirmamos a importância da participação cidadã virá acompanhada de mecanismos de controle social da gestão pública. O exercício da participação cidadã, que virá acompanhada do controle social, construirá uma esfera pública democrática, onde os diferentes interesses poderão se expressar em igualdade de condições, resultando no debate de ideias e na negociação de propostas; evitando os privilégios de poucos em detrimento dos interesses da maioria da população.

Para tanto, propomos as seguintes diretrizes e ações:

Participação Cidadã na destinação dos recursos públicos

O Orçamento Participativo (OP) será o carro-chefe da participação cidadã.

Nessa conjuntura de crise econômica o Orçamento Participativo será ainda mais importante, pois permitirá que o governo identifique com clareza as prioridades para aplicar os escassos recursos de forma mais sintonizada com as necessidades da população.

Em 2021, o Plano Plurianual, que define as prioridades para os 4 anos de governo, será elaborado de forma participativa. Essas prioridades orientarão as futuras discussões do OP.

Será constituído o Conselho do OP, com representantes eleitos, responsável por fazer o acompanhamento da execução das demandas incorporadas ao Orçamento de cada ano.

Nosso governo tem o compromisso com a participação da população na formulação, execução e monitoramento de políticas públicas específicas, como na gestão dos equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde etc.). Assim, propomos as seguintes ações:

- Consolidar os Conselhos e Fóruns existentes e criar novos, estabelecendo condições adequadas ao seu funcionamento e garantindo diversidade e legitimidade das representações.
- Estimular a participação dos diversos segmentos da cidade nos conselhos gestores de políticas públicas, com especial atenção aos usuários dos serviços e equipamentos públicos.

Condições adequadas para o exercício da Participação Cidadã

O exercício de participação precisa garantir igualdade de condições entre os participantes e com o governo municipal. Nosso governo irá:

- Utilizar recursos, técnicas e metodologias que possibilitem e facilitem o entendimento, a comunicação e a expressão de ideias.
- Fornecer informações apresentadas de forma clara, com recursos de visualização e outras estratégias capazes de tornar a participação do cidadão o mais fundamentada possível.
- Realizar atividades de formação para os conselheiros sobre as políticas públicas, o funcionamento da gestão, o papel dos canais de participação, na perspectiva de fortalecer sua atuação.

Novas tecnologias de informação e comunicação na Participação Cidadã

O envolvimento da sociedade inclui também o espaço digital no OP e na ampliação dos temas a serem debatidos como, por exemplo, o tipo de uso de uma nova praça, a programação de uma festa tradicional ou a opinião sobre diferentes temas.

Essa prática de Governo Aberto, será importante porque, além de gerar uma cidade mais sintonizada com as expectativas da população, também estimulará o sentido de pertencimento das pessoas, propiciando o uso mais responsável dos equipamentos e serviços públicos.

GESTÃO ÉTICA E EFICIENTE

Perseguiremos durante todo o mandato dois objetivos centrais: tornar a prefeitura capaz de prestar mais e melhores serviços de qualidade à população e introduzir maior transparência à ação governamental.

Estes objetivos exigirão o fortalecimento da capacidade da Prefeitura cumprir suas funções, mas também para garantir a igualdade de acesso de qualquer munícipe aos serviços e ao aprimoramento dos mecanismos de transparência governamental.

Adotaremos uma nova forma de organizar a ação da Prefeitura, tornando-a mais moderna, inovadora, eficiente e responsável. Este novo modelo de gestão se estruturará a partir das diretrizes a seguir.

Gestão ética e transparente

Durante todo o governo, seremos firmes no combate à corrupção e à impunidade, com o fortalecimento dos mecanismos de controle, enfrentando esses maus hábitos tão arraigados na cultura política brasileira.

Adotaremos também os mais variados canais e instrumentos de transparência para prestar contas da ação de governo. Ampliaremos também o acesso aos dados públicos, sempre que possível, em formatos abertos, conforme estabelece a Lei de Acesso à Informação (LAI)

Fortalecer a capacidade institucional e gerencial da Prefeitura

Realizaremos uma inversão de prioridades, atendendo prioritariamente territórios e populações vulneráveis com ampliação dos serviços e de obras por toda a cidade. Assim, será necessário dotar a prefeitura de melhores condições para realizar todas essas atividades.

Para alcançarmos bons resultados, os servidores públicos são essenciais. Criaremos um ambiente de respeito e confiança, garantindo seu engajamento aos objetivos do governo. O diálogo com as entidades sindicais dos servidores será democrática e transparente, com a instituição da Mesa de Negociação Permanente.

A elaboração e a execução das políticas públicas será feita de forma integrada entre as diversas áreas de governo, superando a tradicional fragmentação das

ações. Além disso, essa atuação coordenada deverá se estender aos diferentes territórios da cidade, considerando suas necessidades específicas.

Realizaremos parcerias com diferentes agentes. Com as universidades para ampliar a capacidade técnica da prefeitura e dos servidores e até mesmo na execução de políticas; com o setor privado, por meio de concessões ou PPPs, garantindo uma regulação rigorosa sobre a qualidade dos serviços prestados.

Aproveitaremos o potencial de parcerias com outros municípios, através dos consórcios públicos, para prestação conjunta de serviços, compras comuns e promoção do desenvolvimento regional.

Gestão inovadora

Tornaremos o cidadão o foco central de nossa atividade, com investimentos no aperfeiçoamento das atividades com maior impacto na prestação de serviços como, por exemplo, o atendimento presencial e na Internet. Avançaremos para um Governo Digital com a adoção de tecnologias na prestação de serviços.

Além disso, usaremos os dados disponíveis para melhorar os serviços e economizar recursos. Adotaremos iniciativas na linha das Cidades Inteligentes, sempre que houver benefícios para a população, em áreas como iluminação pública, coleta inteligente de lixo, sistemas integrados de dados em transporte e segurança, centros de inteligência e inovação municipal.

Buscar permanentemente a qualidade da despesa pública

Esse compromisso será um princípio fundamental, ainda mais nesse momento de aprofundamento da crise econômica e social, que levará ainda mais pessoas a depender dos serviços públicos. Faremos um monitoramento cuidadoso de todas as despesas, sejam os grandes montantes, como a folha de pagamento, sejam as despesas de manutenção, como água, energia, telefonia, entre outras.

Serão adotadas iniciativas sustentáveis como a reciclagem de materiais, o reuso de água e o uso de energia solar nos edifícios públicos.

Usaremos o poder de compra da prefeitura, adquirindo produtos e serviços de melhor qualidade, sustentáveis e por menor preço e, quando possível, incentivando as empresas locais, especialmente as pequenas o que acaba revertendo em geração de emprego e renda em nosso território.